A ANÁLISE DOS REFLEXOS DA COVID-19 NAS DESPESAS DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO SÃO LOURENÇO

Garcia, Tayná Souza Brandão¹
Duarte, Evaldo Rezende²

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar os reflexos da COVID-19 nas despesas de saúde nos municípios do Vale do São Lourenço. É importante conhecer esse estudo para conseguir fazer uma análise da variação e saber se houve situação negativa, se a administração pública foi prejudicada devido a elevação dos gastos e se o governo federal ajudou enviando mais recursos relacionados a saúde. Realizou-se uma análise comparativa de um período pré-pandemia no ano de 2020 em que estava ocorrendo a pandemia no Brasil, para isso foi elaborada uma pesquisa documental para coletar dados sobre repasses do Fundo Nacional de Saúde e os gastos com despesas dos quatro municípios do Vale do São Lourenço. Os resultados indicam que houve influência da pandemia nas finanças públicas, aumento nos repasses do Fundo Nacional de Saúde (FNS) e nos gastos com saúde. Conforme os dados observados o município de Dom Aquino foi o que obteve a maior variação horizontal no ano de 2020 nos repasses do FNS. Referente a variação horizontal de custos com saúde e despesa geral o município de Jaciara apresentou maior variação. Na variação vertical da saída geral com o gasto de saúde o município de Jaciara apresentou maior variação. Já na variação vertical com os gastos com saúde e repasses FNS o município de Juscimeira obteve maior variação.

Palavras-chave: Pandemia, Covid-19 e Despesas.

¹ Graduando em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - EDUVALE. E-mail: taynabrandao28@gmail.com

¹ Mestre em Ciências Contábeis/FUCAPE; Pós-Graduado em Gestão Empresarial/UNIR; Pós Graduado em Gestão Pública/UFMT; Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - EDUVALE. Docente na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - EDUVALE. E-mail. erezende_9@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O Sars-CoV-2, novo corona vírus que causa a doença da Covid-19, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi identificado pela primeira vez em dezembro de 2019, em Wuhan, na China e aceleradamente alastrou pelo mundo todo. Em 30 de janeiro de 2020, foi quando a OMS constatou o surto da nova doença como emergência de saúde pública de importância internacional, e considerada o mais alto nível de alerta. Seguidamente, em 11 de março a OMS identificou COVID-19 como uma pandemia.

A pandemia, por tratar-se de um episódio inesperado e imprevisível, acabou provocando reflexos financeiros na administração pública, possivelmente aumentado os gastos e as despesas de saúde para o enfrentamento dessa nova doença. Portanto o objetivo deste estudo é avaliar quais foram os reflexos que a pandemia provocou nas finanças públicas nos municípios do Vale do São Lourenço.

A pesquisa foi realizada através de coleta de dados e análise de documentos no site do Fundo Nacional de Saúde e no Tribunal de Contas do estado de Mato Grosso, para levantamento dos valores repassados aos municípios pelo governo federal e verificação dos gastos e despesas em saúde, para assim realizar a análise comparando com os períodos anteriores ao período em que ocorreu a pandemia.

O estudo do tema abordado é de suma importância social, pois muito se ouviu na mídia sobre questões de desvios de recursos, usos indevidos de verbas e reclamações de gestores por falta de repasses para a realização de ações de enfrentamento a pandemia. Mesmo havendo a consciência de que aumento nos gastos com saúde poderia acarretar problemas aos outros setores da administração, como a educação, lazer, cultura entre outros, ou seja, quanto maior o gasto com saúde teoricamente falta dinheiro para as outras áreas, constantes. Diante do contexto torna-se indispensável conhecer essa realidade para conseguir avaliar se os gestores foram realmente prejudicados em outros setores, tais como lazer, cultura, educação entre outros, devido a concentração de gastos com a saúde e um dos papéis fundamentais da contabilidade pública é realizar este tipo de análise para levar informações confiáveis a população.

A pesquisa foi estruturada em introdução e referencial teórico a partir da leitura de obras consultadas de diversos autores, artigos científicos e publicações sobre a pandemia. No capítulo em que apresentamos a metodologia descrevemos a exposição das técnicas e métodos utilizados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE PÚBLICA

A Contabilidade Pública no Brasil baseia-se na lei 4.320/64, que orienta a destinação e aplicação do dinheiro público por parte dos Poderes constituídos, em que estabeleceu normas gerais de direito financeiro para construção e controle das finanças e orçamento públicos. De acordo com o Art. 1º da lei 4.320/64 estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de acordo com o disposto no art. 5º, inciso XV, letra b, da Constituição Federal.

Segundo conceitua (ARAÚJO e ARRUDA, (2020) “a Contabilidade Pública é o setor da área contábil, que registra, controla e demonstra à aplicação dos orçamentos que atinge o patrimônio da União, dos Estados e dos Municípios, correspondente a autonomia e fundações isto é a instituição de direito público interno.”

A contabilidade pública relaciona-se com a contabilidade aplicada ao setor público tendo como objetivo registrar fatos patrimoniais, assessorar o planejamento e o controle, da mesma forma que contribuir na tomada de decisão pela administração pública, direção dos negócios e pertinente amortização.

De acordo com SANTOS, REIS, (2005) Contabilidade Pública é a ferramenta que fornece à administração pública as informações e controles necessários para melhor conduzir a questão pública.

Segundo BEZERRA FILHO (2015) a Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.

A partir dos conceitos citados acima podemos compreender que o objeto de qualquer contabilidade é o patrimônio, assim, o bem público constitui a área de aplicação da contabilidade pública, sendo responsável pelo registro de todos os fatos administrativos decorrentes da implementação dos serviços públicos, tais como: previsão e arrecadação de receitas, autorização e realização de despesas, proteção patrimonial, resultados dos cálculos, e preparação de balanços. (REIS; SANTOS, 2005).

Nas palavras de PINTO (2013) a importância da contabilidade pública constitui um ramo da ciência contábil, que deve obedecer aos princípios contábeis e às demonstrações técnicas, representa a essência das doutrinas e teorias relacionadas à ciência, pois estabelece um conjunto de conceitos para a escrituração e análise contábil. Esses princípios são a base da administração pública e devem ser obrigatórios. Todas as agências e entidades reguladoras devem obedecer a esses princípios porque eles são a base das boas práticas contábeis.

De acordo com a Resolução Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.128 de 21.11.2008, a contabilidade aplicada ao setor público é um ramo da ciência contábil que aplica os princípios contábeis e as normas brasileiras no processo de geração de informações, a contabilidade visa controlar os ativos das entidades do setor público. (CFC, 2018).

Os principais objetivos das atuais Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público segundo o NBCASP (2013, p. 9) “são mensurar e evidenciar melhor o patrimônio público; utilizar conceitos científicos e não apenas legais; convergir às práticas contábeis ao padrão internacional; instrumentalizar o controle social e prestar contas de forma mais transparente”.

Para Brasil (1964) a LRF em seu artigo 1º, § 1º, dispõe que:

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar. (BRASIL, 1964).

A contabilidade é quem fornece os dados e informações corretos que o gestor precisa para apoiar suas escolhas e decisões com base em relatórios, também chamados de demonstrações financeiras. (ULBRA, 2009).

Segundo SLOMSKI (2013) a contabilidade pública tem o objetivo de demonstrar o patrimônio da entidade, evidenciar os atos e fatos relativos à administração orçamentária e os atos ligados aos eventos da sua gestão financeira e patrimonial.

(SANTOS; CASTRO, 2015) afirma que às informações contábeis são passadas ao gestor por meio de demonstrações financeiras, como balanços orçamentários, finanças e patrimônio líquido, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração do fluxo de caixa e demonstração das mutações do patrimônio líquido relatórios exigidos pela lei de

responsabilidade fiscal, tais como: relatório de resumo executivo de orçamento e relatório de gestão financeira.

2.2 RECEITAS PÚBLICAS

A Receita Pública é a entrada de recursos nos cofres públicos de forma definitiva, podendo ser compreendida por toda e qualquer retirada feita aos cofres públicos, ou seja, toda origem de recurso financeiro nos cofres do Estado.

De acordo com Kohama (2008) A receita pública se refere ao tesouro público, essa arrecadação pode ser em forma de dinheiro ou em bens monetariamente avaliados. Esta coleção, de acordo com o autor, é devido a um direito do estado, que é baseado em uma lei, contrato ou qualquer outro título.

Para KOHAMA (2016) *apud* ALMEIDA (2020) entende-se, genericamente, por Receita Pública todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos, e, também, a variação ativa, proveniente do registro do direito a receber no momento da ocorrência do fato gerador, quer seja efetuado através de numerário ou outros bens representativos de valores – que o Governo tem direito de arrecadar em virtude de leis, contratos ou quaisquer outros títulos que derivam direitos a favor do Estado –, quer seja oriundo de alguma finalidade específica, cuja arrecadação lhe pertença ou caso figure como depositário dos valores que não lhe pertencerem.

Rodrigues (2019) ressalta que o termo "receita pública" é usado para classificar claramente os recursos como ativos do Estado e não está sujeito a qualquer forma de retorno. Em outras palavras, o termo é utilizado exclusivamente para receitas não reembolsáveis recebidas pelo governo, independentemente do setor governamental a que se refere, para efeito de aplicação e manutenção do gasto público.

Portanto, receita pública é todo recurso obtido pelo Estado para atender às despesas públicas.

As receitas públicas são classificadas para melhor acompanhamento, fiscalização, monitoramento, controle e segundo a Lei Federal nº 4.320/64, em seu artigo 11, são classificadas conforme duas naturezas econômicas. As Receitas correntes que são recolhidas durante o ano fiscal, aumentam a situação financeira do Estado, em geral, têm um impacto positivo no Patrimônio Líquido e constituem uma ferramenta para financiar metas estabelecidas nos programas e ações orçamentárias, com intuítos de realizar destinações públicas.

De acordo com a Lei nº 4.320/64, as receitas correntes são classificadas no seguinte sistema: receita tributária, receita de contribuições, receita patrimonial, receita agropecuária, receita industrial, receita de serviços, transferência corrente, outras receitas correntes.

Receitas de capital que da mesma forma também aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentárias, a fim de se atingirem as finalidades públicas. Porém, deste modo as Receitas Correntes, as Receitas de Capital geralmente não causam efeito sobre o Patrimônio Líquido.

De acordo com a Lei nº 4.320/64, as receitas correntes são classificadas no seguinte sistema: operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferências de capital e outras receitas de capital.

2.3 DESPESAS PÚBLICAS

Na contabilidade, despesa é conceituada como o consumo de bens ou serviços, contribuindo direta ou indiretamente para a geração de renda. Também se refere à situação em que os ativos são reduzidos sem uma redução correspondente nos passivos. Segundo Silva e Medeiros (2018) as despesas públicas são os gastos usados no setor público para que mantenha em funcionamento e manutenção das atividades ou políticas que são desenvolvidas para prestar serviços à sociedade.

De acordo com Arruda e Paixão despesa pública pode ser definida como:

“A despesa pública pode ser definida como o gasto ou o compromisso de gasto dos recursos governamentais, devidamente autorizados pelo poder competente, com o objetivo de atender às necessidades de interesse coletivo previstas na Lei do Orçamento, elaborada em conformidade com o Plano Plurianual de investimentos, com a LDO e com a LRF”.

Para ANDRADE (2017), a despesa fundamenta-se cada retirada de recursos ou toda remuneração aplicada, a algum título, através de agentes pagadores para liquidar consumos decididos na Lei do Orçamento ou em legislação superior e propostos a realização das atividades públicas, junto de subsídios e aplicações, além de avanços patrimoniais, quitação de dívidas, retorno de quantias obtidas a títulos de garantia, entradas e restituições.

As despesas públicas são classificadas, conforme a Lei n. 4.320, de 1964, segundo a categoria econômica.

ÁVILA, BACHTOLD e VIEIRA (2011), conceituam despesas orçamentárias “como despesas que requerem autorização legislativa para serem realizadas, ou seja, devem constar do orçamento público para que o custo possa ser efetivamente realizado.”

Já de acordo com o artigo 12 da Lei n. 4.320/1964 as despesas orçamentárias legalmente, é dividido em despesas correntes (despesas correntes e transferências) e despesas de capital (investimentos, aplicações financeiras e transferências de capital) de acordo com a sua natureza.

Para ARAÚJO, ARRUDA e BARRETO (2009), as despesas correntes também estabelecidas como gastos efetivos, porque reduzem proporcionalmente o patrimônio dos entes públicos que realizam gastos, que são gastos com pessoal e gastos sociais, despesas com juros e dívidas e outras despesas correntes.

Segundo BORGES (2016), despesas de capital são despesas que constituem ativos diretamente ou adquirem ativos, tais como despesas relacionadas ao planejamento e execução de projetos; compra de instalações, equipamentos e materiais permanentes; aquisição e subscrição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza; empréstimos e amortizações de dívidas públicas alfinete. As despesas de capital contribuem na construção ou conquista de um bem de capital. São distintos das despesas correntes, tipos recursos são utilizados em outras finalidades.

(KOHAMA, 1998) define que a despesa extraorçamentária pode ser compreendida como sendo aquela que não está no orçamento. Por outro lado, a despesa extraorçamentária refere-se a pagamentos que restituem as receitas extraorçamentárias, ou valores que estão registrados em restos a pagar de exercícios anteriores. É aquela paga à margem da lei orçamentária e, portanto, independente de autorização legislativa, pois se constitui em saídas do passivo financeiro, compensatórias de entradas no ativo financeiro, oriundas de receitas extraorçamentárias, correspondentes à restituição ou entrega de valores recebidos, como cauções, depósitos, consignações e outros.

De acordo com BASSO (2009) as receitas extraorçamentárias são as receitas que não constituem receita nacional, embora façam parte dos recursos financeiros, em contrapartida, existe uma obrigação nas receitas extraorçamentárias. Os passivos financeiros (retenções como descontos salariais, que serão pagos ou transferidos para outras entidades em breve) não fazem parte do orçamento público.

Ainda BASSO (2009) Despesas extraorçamentárias estão relacionadas a reembolsos ou Pagamentos anteriormente recebidos como receita extraorçamentária (pagamento

Deduções, descontos, depósitos ou remessa) ou pagamentos de contas do período anterior são registrados no pagamento restante a ser pago sem vinculação ou especifique no orçamento deste ano, como nos anos anteriores.

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) – define que “as despesas extraorçamentárias são despesas que não estão incluídas na lei orçamentária, incluindo várias saídas de caixa relacionadas a depósitos, pagamento de saldos remanescentes a pagar, reembolso de negócios de crédito por meio de receita estimada e despesas para saídas temporárias de recursos”. (MCASP, 2011)

2.4 PANDEMIA DA SARS-COV-2 - COVID 19

Em dezembro de 2019, foi descoberto um novo vírus denominado SARS-CoV-2 causador da doença nomeada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de COVID-19. O SARS-CoV-2 apareceu pela primeira vez em Wuhan, China, e rapidamente se espalhou por todo o mundo. Já em 30 de janeiro de 2020, a OMS reconheceu o surto desta nova doença como uma emergência de saúde pública de importância internacional e foi considerado o mais alto nível de alerta. Posteriormente, em 11 de março de 2020, a OMS classificou COVID-19 como uma pandemia.

A Covid-19 é uma inflamação respiratória aguda provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2, eminentemente grave, de excessiva transmissão e disseminação global. O SARS-CoV-2 é um beta coronavírus descoberto em amostras de lavado bronco alveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. Pertence ao subgênero Sarbec Vírus da família Coronaviridae e é o sétimo coronavírus conhecido a infectar seres humanos.

A SARS-CoV-2 pode se desenvolver a partir da forma assintomática até sob quadros gravíssimos. Em consequência dela, já foram ultrapassados os 448 mil e 3,46 milhões de mortes no Brasil e no mundo respectivamente. O Ministério da Saúde relata que: “Os sintomas diversificam, apesar de que um dos sintomas é semelhante ao da gripe. O vírus pode ser transmitido durante um aperto de mão (seguido do toque nos olhos, nariz ou boca), por meio da tosse, espirro e gotículas respiratórias contendo o vírus.”

Deste modo, as medidas de prevenção de doenças obviamente tiveram um grande impacto na economia, principalmente no isolamento social e no fechamento de comércio, para evitar o acúmulo de pessoas por motivos não essenciais. No entanto, é importante ressaltar

que a crise provocada pela pandemia não suspendeu totalmente a continuidade do crescimento econômico do país, mas ocasionou algumas mudanças importantes em relação ao período anterior, como a queda no índice de atividade econômica relacionada à indústria, comércio e serviços. (OLIVEIRA, 2020).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a economia brasileira mais uma vez não andou, ou melhor, regrediu. A estimativa mais recente de analistas consultados pelo Banco Central é que o PIB (Produto Interno Bruto) tenha encolhido 4,3% no ano de 2020.

Em 2021 as médias de projeções do mercado com a melhoria na economia brasileira, voltou a subir de 3,09% para 3,14% conforme estimativas por boletim divulgado pelo Banco Central. Com base no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a economia brasileira reduziu 4,1% em 2020. Foi o pior resultado do PIB em um ano completo em toda a série histórica do IBGE, que começa em 1996. Até então, a maior queda registrada tinha sido a de 2015 (-3,5%).

3 METODOLOGIA

Para a execução deste estudo, usou-se o método científico de sistema comparativo, maneira técnica de investigação, em que, de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 38), “a realização de metodologia é o mecanismo, em que por meio da análise dos dados coletados, se elabora o entendimento conjuntamente em que confirma a legalidade e facilidade das informações obtidas.” O autor salienta que “o objetivo deste método de comparação é verificar semelhanças e explicar diferenças. Ao lidar com a interpretação dos fenômenos, o método comparativo permite analisar dados específicos e inferir a existência de elementos constantes, abstratos ou gerais.”. É descritivo, ou seja, “observar, registrar, analisar e organizar os dados sem manipulá-los, ou seja, sem intervenção pelos pesquisadores. Tenta descobrir a frequência, natureza, características, motivos e relação entre eventos e outros fatos.”, como o referido autor apontou, é possível esclarecer o ocorrido.

A abordagem dos dados se dá por análise quantitativa, pois é considerado objetivo e pode lidar com fenômenos estatisticamente quantificáveis pontos de vista em evolução e dados numéricos para análise e classificação. Além disso, esta pesquisa foi desenvolvida por meio de análise e revisão de análise horizontal, com o objetivo de avaliar o período apurado em comparação com as informações do período anterior. (VIANELLO).

Quanto aos procedimentos técnicos, segundo Vianello (p. 48), a pesquisa realizada classifica-se como bibliográfica e documental. Quanto à pesquisa bibliográfica, seu desenvolvimento é demonstrado por pesquisas publicadas, como artigos, periódicos, legislações, etc., que permitem o fornecimento de uma ampla gama de informações. Em relação à pesquisa documental, trata-se de "pesquisas desenvolvidas a partir de materiais que não foram analisados e processados. Podem ser utilizados registros, anuais, circulares e outros materiais". Estas informações foram recolhidas no site do Fundo Nacional de Saúde e do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) no período de 2014 a 2020 referente às transferências correntes e transferência de capital às despesas com saúde a fim de realizar a análise, verificar se houve quais impactos a pandemia ocasionou dos municípios, relativo ao primeiro semestre de cada ano analisado.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste seguimento serão demonstrados dados retirados do site do Fundo Nacional de Saúde e portal do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), que foram analisados e seguidamente detectados as alterações referentes aos anos antecedentes à pandemia da Covid-19, no que se refere às despesas de saúde no período de 2014 a 2020 dos municípios do Vale do São Lourenço. A seguir, análise horizontal:

Quadro 1 – Análise horizontal dos municípios do Vale do São Lourenço sobre os repasses do Fundo Nacional de Saúde no período de 2014 a 2020

Município	Repasso FNS	A.H.	Desp. Saúde	A.H.	Desp. Geral	A.H.
Jaciara 2014	R\$5.960.005,32	-9,01%	R\$ 17.742.361,79	-	R\$ 66.924.620,74	-
Jaciara 2015	R\$ 6.089.384,18	2,17%	R\$ 17.832.172,67	0,51%	R\$ 59.159.305,00	-11,60%
Jaciara 2016	R\$ 6.220.066,62	2,15%	R\$ 17.851.994,75	0,11%	R\$ 68.631.737,68	16,01%
Jaciara 2017	R\$ 7.202.690,62	15,80%	R\$ 22.616.512,42	26,69%	R\$ 75.348.636,48	9,79%
Jaciara 2018	R\$ 14.764.836,58	104,99%	R\$ 24.605.199,67	8,79%	R\$ 82.126.833,55	9,00%
Jaciara 2019	R\$ 10.767.630,12	-27,07%	R\$ 26.120.897,07	6,16%	R\$ 88.749.120,53	8,06%
Jaciara 2020	R\$ 15.958.925,81	48,21%	R\$ 35.252.317,94	34,96%	R\$ 110.062.184,95	24,01%
D. Aquino 2014	R\$ 1.661.404,01	1,37%	-	-	-	-
D. Aquino 2015	R\$ 1.987.038,39	19,60%	-	-	-	-
D. Aquino 2016	R\$ 1.860.660,29	-6,36%	R\$ 5.898.923,57	-	R\$ 21.988.289,25	-
D. Aquino 2017	R\$ 2.285.651,03	22,84%	R\$ 5.928.159,59	0,50%	R\$ 23.174.421,82	5,39%
D. Aquino 2018	R\$ 3.126.197,59	36,77%	R\$ 6.544.652,08	10,40%	R\$ 25.498.087,17	10,03%
D. Aquino 2019	R\$ 2.049.285,57	-34,45%	R\$ 6.910.839,11	5,60%	R\$ 25.375.636,67	-0,48%
D. Aquino 2020	R\$ 3.615.698,40	76,44%	R\$ 7.594.664,06	9,89%	R\$ 28.698.333,80	13,09%
São P.da C. 2014	R\$ 714.673,02	12,18%	R\$ 2.180.372,46	-	R\$ 11.021.874,51	-
São P.da C. 2015	R\$ 798.175,40	11,68%	R\$ 2.241.722,45	2,81%	R\$ 13.473.718,22	22,25%
São P. da C. 2016	R\$ 1.163.076,23	45,72%	R\$ 2.580.291,71	15,10%	R\$ 14.291.438,71	6,07%
São P.da C. 2017	R\$ 1.329.765,08	14,33%	-	-	-	-
São P.da C. 2018	R\$ 1.415.141,06	6,42%	-	-	-	-
São P.da C. 2019	R\$ 1.471.548,25	3,99%	-	-	-	-
São P.da C. 2020	R\$ 1.946.354,37	32,27%	R\$ 4.632.397,55	79,53%	R\$ 21.101.069,86	47,65%
Juscimeira 2014	R\$ 2.240.163,39	-9,14%	R\$ 6.874.503,91	-	R\$ 22.713.416,68	-
Juscimeira 2015	R\$ 2.459.001,62	9,77%	R\$ 7.141.049,13	3,88%	R\$ 24.396.172,51	7,41%
Juscimeira 2016	R\$ 2.294.312,06	-6,70%	R\$ 8.703.643,20	21,88%	R\$ 28.068.168,97	15,05%
Juscimeira 2017	R\$ 2.492.236,15	8,63%	R\$ 7.988.712,39	-8,21%	R\$ 29.755.821,40	6,01%
Juscimeira 2018	R\$ 4.335.551,16	73,96%	R\$ 9.045.281,22	13,23%	R\$ 35.264.324,68	18,51%
Juscimeira 2019	R\$ 3.066.204,60	-29,28%	R\$ 10.337.502,74	14,29%	R\$ 39.444.423,02	11,85%
Juscimeira 2020	R\$ 4.750.711,34	54,94%	R\$ 12.759.400,33	23,43%	R\$ 44.691.702,02	13,30%

Fonte: a pesquisa

Conforme a análise a tabela acima é referente aos repasses do Fundo Nacional de Saúde – FNS, despesas com saúde e despesa geral.

No município de Jaciara com relação aos repasses FNS nota-se que no período de 2018 houve um aumento significativo de 104,99% pois ocorreu maior destinação de recursos por parte do governo federal para o município para ajudar no financiamento das ações de saúde para enfrentar o covid-19. No ano consecutivo houve uma queda de -27,07% e em 2020 novamente ocorreu uma variação considerável de 48,21% obteve um aumento significativo

dos valores enviados pelo governo e possivelmente ocorreu devido aos gastos que obteve em saúde respectivamente a pandemia covid-19.

Analisando as despesas com saúde observa-se que houve uma variação significativa no ano de 2017 e no período de 2020 voltou a obter um aumento significativo, supostamente devido a pandemia. No que diz respeito a despesa geral houve um aumento significativo nas despesas de saúde maior do que as demais despesas do orçamento municipal e isso seria um reflexo dos gastos provocados pela pandemia.

No município de Jaciara percebe-se que também em 2020 apresentou uma variação elevada em comparação aos períodos anteriores e mesmo ocorrendo um crescimento considerável em 2020 ainda ficou bem abaixo dos valores da variação de despesa com saúde e despesa com repasses, nesse sentido possivelmente obteve mais repasses do governo federal e aumentou o gasto com saúde num estágio maior do que com as despesas gerais do município, despesa com educação, saúde, lazer. Provavelmente é um reflexo da pandemia tanto nas despesas com saúde e quanto nos repasses que o município recebeu do governo federal.

No município de Dom Aquino a variação horizontal dos repasses apresentou um percentual bastante expressivo em 2020 comparando com os demais períodos, presumivelmente devido a pandemia. Analisando a despesa de saúde observa-se que em 2018 ocorreu a maior variação sendo de 10,40%, no período consecutivo obteve uma queda no índice para 5,60%, já em 2020 voltou a subir para 9,89% supostamente devido aos reflexos da pandemia. Referente a despesa geral nota-se que a variação de 2019 foi a menor comparando aos demais períodos, voltando a subir consideravelmente em 2020 período esse onde possivelmente sofreu impactos relacionados a pandemia.

Verificando o município de São Pedro da Cipa constata-se que a variação com os repasses em 2016 apresentou um aumento relevante aos períodos anteriores, voltando a subir consideravelmente em 2020 com variação de 32,27%. Analisando as despesas com saúde e despesa geral nota-se que também ocorreram aumentos significativos no período de 2020, supostamente devido aos reflexos ocasionados pela pandemia.

No município de Juscimeira é possível observar que houve uma oscilação do período de 2014 até 2020. O ano que apresenta maior variação com aumento foi em 2018 com 73,96%. Logo após no ano de 2020 obteve um aumento significativo, possivelmente decorrente a pandemia já que houve um aumento significativo em relação ao período de 2019. Nas despesas com saúde a variação do período de 2020 comparando com o período anterior nota-se que também teve aumento relevante. Analisando a despesa geral é possível observar que

houve um parâmetro médio de aumento em torno de 15% em todos os períodos, a despesa geral tem um parâmetro de crescimento mais uniforme, variando entre 15% não houve grandes oscilações quanto aos repasses apresentados na primeira tabela, tornando assim uma despesa mais previsível obtendo um padrão de aumento ano a ano. De acordo com a oscilação do percentual é possível identificar e facilitar o planejamento das despesas.

Quadro 2 –Análise vertical dos municípios do Vale do São Lourenço sobre os repasses do Fundo Nacional de Saúde no período de 2014 a 2020

Município	Desp. Geral	Desp. Saúde	A. V.	Desp. Saúde	Repasses FNS	A.V.
Jaciara 2014	R\$ 66.924.620,74	R\$ 17.742.361,79	-	R\$ 17.742.361,79	R\$ 5.960.005,32	33,59%
Jaciara 2015	R\$ 59.159.305,00	R\$ 17.832.172,67	30,14%	R\$ 17.832.172,67	R\$ 6.089.384,18	34,15%
Jaciara 2016	R\$ 68.631.737,68	R\$ 17.851.994,75	26,01%	R\$ 17.851.994,75	R\$ 6.220.066,62	34,84%
Jaciara 2017	R\$ 75.348.636,48	R\$ 22.616.512,42	30,02%	R\$ 22.616.512,42	R\$ 7.202.690,62	31,85%
Jaciara 2018	R\$ 82.126.833,55	R\$ 24.605.199,67	29,96%	R\$ 24.605.199,67	R\$ 14.764.836,58	60,01%
Jaciara 2019	R\$ 88.749.120,53	R\$ 26.120.897,07	29,43%	R\$ 26.120.897,07	R\$ 10.767.630,12	41,22%
Jaciara 2020	R\$ 110.062.184,95	R\$ 35.252.317,94	32,03%	R\$ 35.252.317,94	R\$ 15.958.925,81	45,27%
D. Aquino 2014	-	-	-	-	R\$ 1.661.404,01	-
D. Aquino 2015	-	-	-	-	R\$ 1.987.038,39	-
D. Aquino 2016	R\$ 21.988.289,25	R\$ 5.898.923,57	26,83%	R\$ 5.898.923,57	R\$ 1.860.660,29	31,54%
D. Aquino 2017	R\$ 23.174.421,82	R\$ 5.928.159,59	25,58%	R\$ 5.928.159,59	R\$ 2.285.651,03	38,56%
D. Aquino 2018	R\$ 25.498.087,17	R\$ 6.544.652,08	25,67%	R\$ 6.544.652,08	R\$ 3.126.197,59	47,77%
D. Aquino 2019	R\$ 25.375.636,67	R\$ 6.910.839,11	27,23%	R\$ 6.910.839,11	R\$ 2.049.285,57	29,65%
D. Aquino 2020	R\$ 28.698.333,80	R\$ 7.594.664,06	26,46%	R\$ 7.594.664,06	R\$ 3.615.698,40	47,61%
São P.da C. 2014	R\$ 11.021.874,51	R\$ 2.180.372,46	-	R\$ 2.180.372,46	R\$ 714.673,02	-
São P.da C. 2015	R\$ 13.473.718,22	R\$ 2.241.722,45	16,64%	R\$ 2.241.722,45	R\$ 798.175,40	-
São P. da C. 2016	R\$ 14.291.438,71	R\$ 2.580.291,71	18,05%	R\$ 2.580.291,71	R\$ 1.163.076,23	45,08%
São P.da C. 2017	-	-	-	-	R\$ 1.329.765,08	-
São P.da C. 2018	-	-	-	-	R\$ 1.415.141,06	-
São P.da C. 2019	-	-	-	-	R\$ 1.471.548,25	-
São P.da C. 2020	R\$ 21.101.069,86	R\$ 4.632.397,55	21,95%	R\$ 4.632.397,55	R\$ 1.946.354,37	42,02%
Juscimeira 2014	R\$ 22.713.416,68	R\$ 6.874.503,91	30,27%	R\$ 6.874.503,91	R\$ 2.240.163,39	32,59%
Juscimeira 2015	R\$ 24.396.172,51	R\$ 7.141.049,13	29,27%	R\$ 7.141.049,13	R\$ 2.459.001,62	34,43%
Juscimeira 2016	R\$ 28.068.168,97	R\$ 8.703.643,20	31,01%	R\$ 8.703.643,20	R\$ 2.294.312,06	26,36%
Juscimeira 2017	R\$ 29.755.821,40	R\$ 7.988.712,39	26,85%	R\$ 7.988.712,39	R\$ 2.492.236,15	31,20%
Juscimeira 2018	R\$ 35.264.324,68	R\$ 9.045.281,22	25,65%	R\$ 9.045.281,22	R\$ 4.335.551,16	47,93%
Juscimeira 2019	R\$ 39.444.423,02	R\$ 10.337.502,74	26,21%	R\$ 10.337.502,74	R\$ 3.066.204,60	29,66%
Juscimeira 2020	R\$ 44.691.702,02	R\$ 12.759.400,33	23,13%	R\$ 12.759.400,33	R\$ 4.750.711,34	37,23%

Fonte: a pesquisa

Verificando a variação vertical comparando a despesa geral e a despesa com saúde do município de Jaciara nota-se que o maior índice apresentado foi o ano de 2020 com 32,03% visto que o período anterior a variação foi de 29,43%. Em relação a despesa com saúde e repasse FNS a variação vertical apresentou no ano de 2018 o maior aumento significativo com 60,01% tendo uma queda no período seguinte de 41,22% e voltando a subir relativamente para 45,27% provavelmente a pandemia deve ter provocado esse aumento.

Analisando a variação vertical assemelhando a despesa geral e a despesa com saúde do município de Dom Aquino observa-se que ocorreu um parâmetro médio de aumento, tendo a menor variação de 25,58% em 2017 e o maior índice em 27,23% em 2019. No período de 2020 a variação obteve uma queda para 26,46% aparentemente nota-se na análise vertical que a pandemia não provocou aumento referente a esse gasto. Na análise vertical com base na despesa com saúde e repasse FNS verifica-se o menor índice de variação foi em 2019 com 29,65% subindo significativamente no período de 2020 possivelmente em consequência dos impactos da pandemia.

Explorando o município de São Pedro da Cida acerca da variação vertical confrontando a despesa geral e a despesa com saúde nota-se um aumento considerável no ano de 2020 de 21,95% maior índice em relação aos demais períodos. Supostamente devido aos reflexos ocasionados pela pandemia.

Observando a variação vertical e comparando com a despesa geral e a despesa de saúde é possível observar que no ano de 2016 obteve o maior índice de 31,01%, ou seja, de todos os gastos que o município teve 31,01% foram investidos em saúde. Observa-se que é considerado um gasto alto com saúde durante o período investigado. E surpreendentemente no ano de 2020 houve uma queda nas despesas com saúde caindo para 23,13% o menor índice durante o período analisado.

Aparentemente a pandemia não provocou aumento nesse gasto, possivelmente por motivo da pandemia era esperado que houvesse o maior nível de gastos com saúde, talvez isso pode ter ocorrido devido o receio da pandemia pela população, a população ter buscado menos os serviços de saúde e também pela recomendação feita pelo governo pedindo a população que permanecesse em suas residências e que só fossem aos hospitais se apresentassem sintomas mais graves de qualquer doença.

Supostamente devido a isso foram realizados menos investimentos, menos consumo de materiais, menos consumo de medicamentos. Já em relação a variação vertical da despesa com saúde e repasse FNS verificou-se que o índice de 2019 foi de 29,66% menor comparado

ao ano de 2020 obtendo um aumento significativo de 37,23% possivelmente devido aos impactos da pandemia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, através deste estudo objetivou-se a realização de análise comparativa dos repasses do Fundo Nacional de Saúde aos municípios e das despesas em saúde comparando os períodos anteriores e o período da pandemia do COVID-19.

A pandemia que teve início no ano de 2020 impactou negativamente toda a sociedade e isso possivelmente deve ter causado reflexos financeiros na administração pública dos municípios. Atualmente no país foram confirmadas 606.679 mortes pela covid-19 e 21.766.168 de pessoas infectadas. Muitas dessas pessoas que foram infectadas precisaram de cuidados médicos e boa parte delas acabou recorrendo ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Esta pesquisa partiu do levantamento de dados realizados nos municípios do Vale do São Lourenço no período de 2014 até 2020, comparando os anos pré-pandemia e o ano de 2020 com a pandemia.

A análise dos dados obtidos possibilitou identificar que houve aumento nos repasses e nas despesas com saúde. Analisando os repasses FNS foi possível observar que a maior variação horizontal entre os quatro municípios do Vale do São Lourenço foi no município de Dom Aquino que apresentou oscilação maior na variação pré-pandemia com -34,45% em 2019 e 76,44% já no período pandêmico.

Na variação horizontal com as despesas com saúde observou-se que município de Jaciara foi o que apresentou maior variação com 6,16% em 2019 período antes da pandemia e 34,96% em 2020 período da pandemia. Verificando a variação horizontal com a despesa geral o município de Jaciara também foi o que obteve a maior variação com 8,06% em 2019 e 24,01% em 2020 período de pandemia. Na variação vertical da despesa geral com a despesa de saúde foi possível observar que o município que teve a maior variação foi o município de Jaciara com 29,43% em 2019 pré-pandemia e 32,03% em 2020.

Constatamos que o município que não sofreu aumento nessa variação foi o município de Juscimeira onde analisou-se 26,21% em 2019 e 23,13% em 2020 período esse que já ocorria a pandemia. Na variação vertical com as despesas com saúde e repasses FNS o

município que obteve maior variação foi o município de Juscimeira com 29,66% em 2019 e 37,23% em 2020.

Esta pesquisa apresenta limitação, os resultados foram observados apenas para os quatro municípios do Vale do São Lourenço e a análise foi restrita ao período de 2014 a 2020. Posteriormente, é possível que se dê continuidade a este estudo, para que futuros pesquisadores possam complementá-lo avaliando também os reflexos da pandemia nas finanças públicas no ano de 2020 e se possível aumentar as amostras analisadas, abarcando um número maior de municípios pesquisados.

REFERÊNCIAS

_____. Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm>. Acesso em 10/04/21.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

ALMEIDA, Amanda Magny **O Impacto Da Sars-Cov-2 Na Arrecadação De Tributos dos Municípios Do Vale Do São Lourenço**. 2020. Página 05.

ANDRADE, Nilton De Aquino, **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. 6. Ed. São Paulo, Atlas, 2017.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público Abordagem Simples e Objetiva**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2015.

SILVA, Gilberto Soares da , MEDEIROS, Ana Lúcia de. **Análise das Despesas Orçamentárias do Estado do Piauí de 2013 a 2016: Os Gastos com Despesas Correntes e de Capital**. DOI, Revista Cereus. 2018. Página 132

ARRUDA, Daniel Gomes Paixão, Inaldo da. **Contabilidade pública: da teoria à prática** – 3. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

BORGES, Thiago Bernardo. **Fundamentos de Contabilidade Pública**. Porto Alegre SAGAH, 2016.

ARAUJO, Inaldo da Paixão Santos, ARRUDA, Daniel Gomes, BARRETO, Pedro Humberto Teixeira. **O Essencial da Contabilidade Pública**. Teoria e exercícios de concursos públicos resolvidos. - 1ª ed. Saraiva 2009.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 1998, 388p.

RODRIGUES, Cristiano Galdino. **Contabilidade Pública**: um estudo sobre as receitas públicas no período de 2014 a 2018 do município de Itiquira-MT. 2019.

FRISH, Felipe. **Mercado projeta alta maior do PIB e da inflação neste ano**. 03 de mai. 2021. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/05/03/mercado-eleva-projecao-para-crescimento-da-economia-brasileira-em-2021.ghtml>> Acesso em : 24 de mai. 2021.

BASSO, Lauri. **Contabilidade Pública**. 1 ed. Ijuí: Unijuí, 2009, 137p.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 4. ed. Brasília. Coordenação-Geral de Contabilidade, 2011 pág. 56. Disponível em <https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:26317> Acesso em: 27 mai. 2021.

SANTOS, Angelucci Rodrigues; REIS, Jorge Augusto Gonçalves. A importância da contabilidade pública. 2005. Disponível em: <<https://biblioteca.univap.br/dados/INIC/cd/inic/IC6%20anais/IC6-61.PDF>>. Acesso em: 03 jun. 2021.

ULBRA, Universidade Luterana do Brasil. Estrutura e análise das demonstrações contábeis. Curitiba: Editora Ibplex, 2009. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/41858322/o-papel-da-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico>>. Acesso em: 03 jun. 2021.

PINTO, Derli Antunes. Campo de aplicação da contabilidade aplicada ao setor público. 2013. Disponível em: <<http://www.cienciascontabeis.com.br/campo-aplicacao-contabilidade-aplicada-setor-publico-casp/>>. Acesso em: 04 jun. 2021.

CFC - Conselho Federal de Contabilidade. Resolução CFC Nº 1.128 de 21.11.2008. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaocfc1128_2008.htm>. Acesso em 04 jun. 2021.

BRASIL. Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 04 jun. 2021.

SLOMSKI, Valmor. Manual de contabilidade pública: de acordo com as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público (IPSASB/IFAC/CFC). 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013. Disponível em: <<https://www.grupogen.com.br/manual-de-contabilidade-publica-normasinternacionais-de-contabilidade-aplicadas-ao-setor-publico>>. Acesso em 05 jun. 2021.

OLIVEIRA, Paulo Ricardo S. **Impactos da pandemia de Covid-19 sobre a economia brasileira**. 28 ago. 2020. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/covid-19/impactos-da-pandemia-de-covid-19-sobre-a-economia-brasileira/> Acesso em: 07 jun. 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Emani Cesar de. Metodologia do trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. Ad. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

VIANELLO, Luciana Peixoto. **Métodos e técnicas de pesquisa**. Disponível em: <https://www.coursehero.com/file/48175610/Livro-mtppdf/> Acesso em: 12 set. 2021.